

# PEC 55: governo promove desmonte dos direitos sociais

*Sindimed alerta a sociedade sobre a Emenda Constitucional que restringe investimentos na Saúde e na Educação por 20 anos no Brasil*

**É** lamentável que o Congresso Nacional continue a se pautar pelos interesses corporativos nas votações que produzirão graves reflexos sobre toda a sociedade. Mais uma votação acaba de entrar para a história como excrescência da atividade parlamentar, realizada na calada da noite, enquanto o País estava de luto pelo acidente aéreo que vitimou o time do Chapecoense.

O Senado aprovou (em primeira votação) o Projeto de Emenda Constitucional (PEC) nº 55, que ataca frontalmente o já combalido Sistema Único de Saúde (SUS), ao congelar por 20 anos as verbas a ele destinadas. A PEC é um pacote de medidas que se apoia no dis-

curso da contenção dos gastos públicos, mas que, na verdade, vai penalizar novamente os trabalhadores e a população de menor renda. Mudanças desse tipo não podem ser feitas sem ampla discussão com a sociedade.

As medidas contidas na proposta cortam investimentos nos setores onde a demanda social é crescente, mas não toca, por exemplo, na tributação para grandes fortunas, nem nos privilégios da classe política ou nas carreiras públicas que acumulam vantagens indevidas e imorais. A PEC tem, ainda, o agravante de apontar no sentido de inviabilizar a carreira de Estado para os médicos.

São claros os sinais de que o atual

governo, capitaneado pelo presidente Temer, quer aprofundar a mercantilização de setores, cuja responsabilidade constitucional é do Estado. Fica evidente que a PEC 55 foi elaborada para atender aos interesses dos grandes grupos econômicos que lucram com a Saúde e a Educação em nosso país.

Por tudo isso, impõe-se um esforço coletivo dos trabalhadores, em especial dos médicos e demais profissionais de Saúde, a fim de denunciar os reais efeitos e objetivos da PEC 55, que agravará ainda mais a crise que já se abate sobre a Saúde Pública no Brasil.



**A economista Ana Georgina, supervisora técnica do DIEESE na Bahia, aponta como grave retrocesso as medidas aprovadas no Congresso**

## **Ana Georgina da Silva Dias, supervisora técnica do DIEESE na Bahia, concedeu entrevista ao Sindimed sobre os impactos da PEC 55 na estrutura de Saúde do País.**

### ■ **Luta Médica: Quais são os impactos mais imediatos que a PEC 55 pode ter na vida dos profissionais e dos usuários de Saúde Pública do País?**

**Ana Georgina:** Os impactos mais imediatos dizem respeito à menor possibilidade de expansão das despesas com investimentos em Saúde de um modo geral. Levando-se em conta que a Saúde passará a disputar recursos do Orçamento Federal com as demais despesas (Educação, Infraestrutura, Mobilidade, Segurança, Previdência, etc.), uma vez que o limite mínimo de aplicação mínima de 15% da Receita Corrente Líquida deixou de ser obrigatório, a tendência é que os gastos com Saúde não acompanhem a demanda pela mesma. Com o congelamento das despesas primárias (despesas não financeiras) do Governo Federal, haverá maior dificuldade para a realização de concursos para os profissionais de Saúde e menos investimentos em pesquisa. Vale ressaltar que, ao longo dos próximos 20 anos, além do aumento populacional e do envelhecimento da população, poderá haver uma demanda maior por serviços públicos de Saúde. Principalmente se a recuperação da economia demorar a acontecer.

### ■ **Luta Médica: Com o congelamento dos gastos públicos, como a senhora visualiza situação da Saúde do País em 20 anos?**

**AG:** Numa breve simulação que realizamos, levando em conta a despesa efetiva com Saúde, desde 2002 até 2015,

em relação ao que seria, caso o congelamento das despesas primárias já estivesse em vigor, observamos que em vez dos R\$1.112,7 bilhão teriam sido investidos apenas R\$ 816,8 milhões, uma diferença de R\$ 295,9 milhões ou 27% a menos do que foi efetivamente gasto. Daí, podemos perceber que, muito provavelmente, os investimentos serão menores do que deveriam ao longo dos próximos 20 anos. É importante perceber que, mesmo garantindo a manutenção dos aumentos reais que foram implementados, entre 2003 e 2015, nas despesas com Saúde, a qualidade e a quantidade dos serviços ainda não são suficientes diante das pressões por mais e melhores serviços públicos que se intensificam ao longo do tempo.

### ■ **Luta Médica: Existia outra saída para o governo que não a da austeridade? Quais seriam essas saídas?**

**AG:** Segundo o governo, com o aumento da despesa primária nos últimos anos, sem contrapartida por parte das receitas, tornam necessárias mudanças que sinalizem a inversão desse quadro. Para tal, as medidas, até então anunciadas, apenas consideram como variável de ajuste as despesas primárias, excetuando-se do ajuste o gasto com os juros da dívida. O governo atual também deixou de optar por mudanças na estrutura de arrecadação, seja via aumento de impostos ou por meio de uma reforma na estrutura tributária, que corri-

gisse o caráter regressivo da tributação brasileira. Enquanto isso, não há medidas concretas que apontem para a redução dos gastos com juros sobre a dívida pública, que continuam em níveis incomparáveis internacionalmente e incompatíveis com a situação de endividamento do Estado.

### ■ **Luta Médica: Sabemos que o Congresso é escolhido pela população, mas isso exime o governo de fazer uma discussão com a sociedade para a adoção de tais medidas?**

**AG:** De forma nenhuma. Um dos grandes problemas relativos à PEC 241 (a Proposta de Emenda à Constituição 55, a PEC 55, aprovada no Senado, é a PEC 241, aprovada na Câmara em 25/10/2016) e outras medidas adotadas recentemente pelo Governo é a falta de discussão e participação popular. Principalmente, levando-se em conta que são questões que vão afetar a vida de toda a sociedade por um longo período de tempo. No caso da PEC 241, as modificações são bastante profundas, comprometendo o ainda insuficiente sistema de proteção social, construído a partir da Constituição de 1988.

### ■ **Luta Médica: Essas emendas votadas às pressas enfraquecem a Constituição na sua razão de existir primordial?**

**AG:** As emendas à Constituição feitas e aprovadas sem a participação popular enfraquecem não só a Constituição, mas também todo o sistema democrático. Uma vez que nem sempre respeitam a vontade da maioria da população, que mesmo representada no Congresso pelos parlamentares, nem sempre coincide com a vontade e, principalmente, os interesses dos mesmos.